

ANTONIO CONSELHEIRO E A ESCRAVIDÃO^(*)

José Calasans

Gilberto Freyre, em *Ordem e Progresso*, a propósito da posição dos ex-escravos em face do regime político instaurado a 15 de novembro de 1889, observa: “Alguns destes ex-escravos se tornaram nostálgicos da Monarquia; saudosos da Princesa Isabel, e é possível que fossem ex-escravos assim desajustados os negros que se juntaram aos devotos brasileiros e caboclos de Antonio Conselheiro – gente arcaicamente pastoril em suas normas de vida e por conseguinte desconfiada de quanto fosse progresso industrial animado pela República – em sua luta contra o Exército republicano, de algum modo, a favor da restauração da Monarquia. Aspecto sociológico daquela luta de soldados da República que parece ter escapado ao engenheiro sociólogo Euclides da Cunha”¹.

Merece ser meditada a oportuna observação do autor de *Casa Grande e Senzala* no que diz respeito à ausência do ex-escravo no quadro da sociedade sertaneja apresentado por Euclides da Cunha. O grande escritor, realmente, nem sequer consignou a presença do ex-escravo, do negro apelidado “treze de maio”, nas hostes do Bom Jesus Conselheiro. E, ainda mais, de maior gravidade – não viu o escravo e o ex-escravo na paisagem sertaneja. As palavras escravo e escravidão não têm vez nas páginas de *Os Sertões*, conforme podemos constatar no livro que Pedro A. Pinto dedicou ao vocabulário da grande obra de 1902². O problema servil, no ensaio sobre a luta de Canudos, foi inteiramente ignorado por Euclides da Cunha. Teria Antonio Conselheiro, cuja vida o escritor fluminense estudou, procedido do mesmo modo? O histórico episódio do Belo Monte, arraial efemeramente florescente na derradeira década do século XIX,

^(*)Editado pelo autor. S.A.Artes Gráficas, Salvador, s/d.

¹ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, t. II, p. 487.

² PINTO, Pedro A. *Os Sertões de Euclides da Cunha. Vocabulário e Notas Léxico-lógicas*. Livraria Francisco Alves, 1930.

que atraiu milhares de humildes brasileiros, procedentes de vários pontos do Brasil, poderia ter ocorrido sem a participação do ex-escravo, do homem que alcançara sua liberdade pouco antes da grande migração nordestina? Poderia Antonio Conselheiro, indiscutivelmente um autêntico líder dos sertões, ter congregado, em torno de sua singular figura de peregrino, tantos seguidores se não fosse portador de uma mensagem a respeito da escravidão e da monarquia, os dois maiores problemas nacionais do seu tempo? Voltado para o passado ou olhando o futuro, o famoso chefe carismático, na sua indiscutível condição de condutor de homens, haveria de ter manifestado pontos de vista sobre aqueles temas e de muitos outros de interesse geral, que expunha nos momentos dos “conselhos”, quando falava aos seus ouvintes nordestinos. Assim, de feito, aconteceu. O Conselheiro não era, apenas, um pregador de feição religiosa. Também versava, nas suas longas prédicas, assuntos de ordem social e política. O jornalista Manuel Benício, correspondente do **Jornal do Comércio**, do Rio de Janeiro, junto às forças em operações contra os jagunços, autor de um bom livro relativo à vida dos conselheiristas e de seu guia, percebeu e registrou a posição adotada pelo Bom Jesus em face do problema da escravidão: “Ignorante e enraizado nos velhos hábitos da administração de então, desconfiado como são todos os sertanejos”, escreveu Manuel Benício, “de índole conservadora por natureza, achava que toda reforma na administração e toda inovação na economia política eram um meio de se roubar ao povo. Fora contra a introdução do sistema métrico decimal no comércio e a única reforma que encontrou sua aquiescência, mais tarde, em 1888, foi a abolição dos escravos. Talvez porque grande porção de quilombos e macumbeiros acaudalasses sua errante cruzada”³. Num outro trecho d' **O Rei dos Jagunços**, Manuel Benício volta a dar notícia das opiniões do místico cearense a respeito do cativo. Vale a pena a transcrição textual: “À feira em questão chegara uma pobre curuca a vender esteira que deitava no chão. O arrematante do imposto exigia cem reis pela porção de terreno que a esteira e a pobre velha ocuparam. Esta, que apreciava

³ BENÍCIO, Manuel. *O Rei dos Jagunços*, Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1899. p. 95.

o valor da esteira, em oitenta réis, reclamou, queixou-se em voz alta ao povo, chorando, lastimandose: Juntou-se gente e todos davam razão à velhota, pois como se há de pagar um tostão de imposto, quando o gênero que se vende vale quatro vinténs, diziam”. “O Conselheiro, na prédica que fez esta noite referiu-se ao caso da velha alegando: eis aí o que é a República, o cativo, trabalhar somente para o governo. É a escravidão anunciada pelos mapas, que começa. Não viram a tia Benta (nome da velha)? é religiosa e branca, portanto a escravidão não respeita ninguém”⁴.

As informações de Manuel Benício, no caso revelando mais espírito de observação do que Euclides da Cunha, levam-nos a conhecer a posição de Antonio Vicente Mendes Maciel diante da escravidão, o grande problema social de sua época. Há coerência na atitude tomada pelo Bom Jesus Conselheiro. Durante sua longa vida de peregrino, que se prolonga por quase um quarto de século, procurou minorar os sofrimentos alheios, assistindo aos mal-aventurados. Ele próprio o disse, certa vez, conversando, em Fortaleza, com o jornalista João Brígido, seu companheiro de infância, na vila cearense de Quixeramobim, que desejava saber do seu destino: “Seguirei para onde me chamam os mal-aventurados”⁵.

Ora, evidentemente, no panorama social do Brasil, quando Antonio Vicente iniciou suas andanças pelos sertões, por volta de 1874, o escravo surgia destacadamente. Era o sofrido, o mal-aventurado. Um ser humano que precisava de assistência. Levou-lhe o Conselheiro, nos seus conselhos, a palavra de Deus. Transmitiu aos escravos os ensinamentos dos Evangelhos. Não estamos formulando uma hipótese. Baseamos nossa assertiva num depoimento contemporâneo, perdido nas folhas de uma gazeta baiana de 1897, no auge da luta fratricida. Um italiano, que trabalhava na construção da estrada

⁴ *Idem*, p. 162.

⁵ *Idem*, p. 59.

de ferro Salvador-Timbó, narrou, nestes termos, seu encontro com o peregrino: “Veja como este povo”, disse-lhe o Conselheiro apontando a gente que aguardava a pregação, “na sua quase totalidade escrava vive pobre e miserável. Veja como ele vem de quatro e mais léguas para ouvir a palavra de Deus. Sem alimentar-se, sem saber como se alimentará amanhã, ele nunca deixa de atrair pressuroso às praticas religiosas, que eu, indigno servo de Deus e por ele amaldiçoado, iniciei neste local para redenção dos meus enormes pecados”⁶. No lugarejo mencionado, que outro não era senão Saco, entre Timbó e vila do Conde, na então província da Bahia, durante o dia quase não havia viva alma⁷. Mais de 2000 pessoas, porém, surgiam de noite, ansiosas para ouvir os conselhos do Bom Jesus. “Ao anoitecer”, prosseguiu o empreiteiro, “começavam a chegar e às 8 horas a praça estava cheia, tendo mais de duas mil pessoas, todas escravas, e após o sermão, que em seguida um explicava ao outro, visto como somente os mais vizinhos podiam ouvi-lo, todos cantavam as seguintes estrofes: ‘Louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo’, ao que as mulheres e meninos respondiam: ‘Para sempre seja louvado o santo nome de Maria’, e isto até a meia noite algumas vezes. De manhã não havia pessoa alguma no arraial”. A informação transcrita documenta, com segurança, as relações do Conselheiro com os escravos da zona citada, que atentamente escutavam a pregação do “santo” de Quixeramobim. Convém esclarecer, desde logo, que na região de Itapicuru, onde Antonio Conselheiro passou grande parte de sua vida de pregador, havia, na época aqui estudada, apreciável número de pequenos engenhos, o que explica a presença de grande quantidade de escravos. Os cativos necessitavam da palavra de conforto e da ajuda material do bondoso peregrino que, conforme escreveu o informante acima citado, distribuía apreciáveis quantias com as famílias pobres, naturalmente obtidas nas casas dos mais ricos, daqueles senhores de engenhos e negociantes mais generosos.

⁶ *Diário de Notícias*, Bahia, 31 de Setembro de 1897.

⁷ Saco, também denominado Saco dos Cavalos, chama-se atualmente Altamira.

Outros elementos poderão ser apresentados no mesmo sentido, isto é, comprobatórios do papel desempenhado pelo Conselheiro junto à população escrava do Nordeste baiano, que ele mais de perto conheceu e assistiu. Num interessante artigo publicado no *Jornal de Notícias*, da Bahia, edição de 5 de março de 1897, o Dr. Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo, proprietário no município de Itapicuru, e prestigioso chefe político, contou que a abolição da escravatura aumentara o número de acompanhantes do Bom Jesus Conselheiro.

“O povo em massa”, declarou Jeremoabo, “abandonava suas casas e afazeres para acompanhá-lo. Com a abolição do elemento servil ainda mais se fizeram sentir os efeitos da propaganda, pela falta de braços livres para o trabalho. A população vivia como que em delírio ou êxtase e tudo quanto não fosse útil ao inculcado enviado de Deus, facilmente não se prestava. Os cemitérios e capelinhas eram construídos com materiais carregados na cabeça ou puxados por pessoas do povo na distância. Assim foi escasseando o trabalho agrícola e é atualmente com suma dificuldade que uma ou outra propriedade funciona embora sem a precisa regularidade”⁸. O testemunho do Barão, sem dúvida alguma valioso, precisa, contudo, ser revisto em parte. Talvez o ilustre chefe conservador houvesse confundido a causa com o efeito. Não teria sido Antonio Vicente quem afastou das propriedades agrícolas os negros libertados pela lei de 1888. O Santo Conselheiro outra coisa não teria feito senão recebê-los e, possivelmente, ampará-los, quando ele próprios, sequiosos de desfrutar a liberdade alcançada, fugiram dos antigos locais do seu cativeiro. Preferiam gozar o mundo novo que lhes fora concedido. Ambicionavam, como diziam em Sergipe, os ex-escravos, viver onde houvesse “casa com janela e porta de fundo”, morada bem diferente da velha senzala. Negros libertos que esperaram, inutilmente, como se anunciara na zona canvieira de Santo Amaro da Purificação, que chegasse a “alforria da terra” para completar a alforria dos

⁸ *Jornal de Notícias*, Bahia, 5 de março de 1897.

homens. O drama do ex-escravo, do “treze de maio”, desajustado, incapaz muitas vezes de viver sua nova vida, parece haver chegado ao Conselheiro. Os negros teriam ido procurá-lo como uma salvação. Ele lhes daria trabalho, alimentação, conselho. Amparo, numa palavra. Não foram poucos os ex-escravos recebidos na comunidade conselheirista. Antero de Cerqueira Galo, morador em Tucano, localidade baiana donde saíram inúmeros seguidores do Conselheiro, numa carta enviada ao Barão de Jeremoabo, dando notícias dos habitantes de Canudos, destacou o contingente dos ex-escravos, que em sua opinião formavam a maioria: “Lá os vultos que estão desenvolvendo (sic) a revolta”, escreveu o missivista, “é o mesmo Conselheiro com seus sequazes dentre estes soldados e desertores, de diversos Estados e o povo 13 de maio que é a maior parte”⁹. A nota de Cerqueira Galo, que conhecia de perto a população de Canudos, pelo menos aquela gente que saíra ou passara por Tucano, rumo ao Belo Monte, constitui subsídio novo naturalmente sujeito à cautelosa investigação, ao estudo da massa humana que acompanhava Antonio Conselheiro e com ele sucumbiu nas margens do Vaza-Barris.

Às informações aqui reunidas, até agora ainda não usadas pelos modernos estudiosos do movimento de Canudos, vamos acrescentar o próprio pensamento de Antonio Conselheiro, conservado no livro de sua autoria, ainda inédito, encontrado em 1897 pelo então acadêmico de Medicina João de Souza Pondé, nos escombros da cidadela mística e hoje pertencente ao espólio do poeta Aristeu Seixas, em São Paulo.

No manuscrito do Conselheiro, intitulado “**Tempestades que se levantam no Coração de Maria por ocasião do Mistério da Anunciação**”, figuram algumas palavras bem significativas a respeito da posição do autor em face da escravidão. Tratando da República, cuja implantação condenava abertamente, Antonio Conselheiro escreveu ou ditou as considerações que se seguem:

⁹ A carta, datada de 15 de março de 1897, está em poder do Dr. Dantas Júnior, neto do destinatário. Havia, em Canudos, uma rua denominada dos “Negros”.

“É preciso porem que não deixe no silencio a origem do odio que tendes a Familia Real por que sua Alteza e Senhora Dona Izabel libertou a escravidão, que não fez mais do que cumprir a ordem do Céu; porque estava chegado o tempo marcado por Deus para libertar esse povo de semelhante estado, o mais degradante a que podia ver reduzido o ente humano; a força moral (que tanto a orna) com que ella procedeu na satisfação da Divina Vontade, constituiu sua confiança que tem a Deus para libertar esse povo, não era motivo suficiente para zoar o brado da indignação que arrancou o odio da maior parte daqueles a quem esse povo estava sujeito. Mas os homens não penetraram a inspiração divina que moveu o coração da divina e virtuosa Princesa para dar semelhante passo; não obstante ella dispor do seu poder, todavia era de supor que ella meditaria antes de o por em execução acerca da perseguição que havia de soffrer da liberdade, um dos Ministros lhe disse Sua Alteza assigne o decreto da liberdade, olhe a republica como ameassa, o que ella não liga a minima importancia, assignando o decreto com aquella disposição que tanto o caracteriza. A sua disposição porem, é uma prova que attesta do modo mais significativo, que era a vontade de Deus que libertava esse povo”.

Em certo trecho, fala dos escravos com grande compaixão, lamentando seus sofrimentos: “Quantos que morrião debaixo dos açoites por algumas faltas que cometião, alguns quase nus oprimidos de fome e de pesado trabalho. E que direi eu daquelles que não levaram com paciencia tanta crueldade que no furor ou excurso de sua infeliz estrela se matavão. Chegou enfim o dia em que Deus tinha de por termo a tanta crueldade, movido de compaixão a favor de seu povo, ordena para que si liberte de tão penosa escravidão”¹⁰.

Evidentemente, em vista do que está escrito, nenhuma dúvida pode restar a respeito da posição do Bom Jesus de Canudos em face da escravidão.

¹⁰ Trechos copiados por Teófilo de Andrade e publicados em “O Cruzeiro” de 2.8.1949.

Podemos, com toda razão, considerá-lo um abolicionista, que mui provavelmente, nos seus conselhos, teria pregado a favor da libertação dos escravos, donde, talvez, haver sido considerado, pelo governo da Bahia, em 1887, um homem perigoso, que andava “pregando doutrinas subversivas entre as populações que percorre”¹¹.

¹¹ BENÍCIO, Manuel. *Op. cit.*, p. 52.